

PRIORI, Josimar. *A Luta Faz a Lei*: reflexões sobre política, movimentos sociais e associações de moradores em Sarandi – PR. Maringá: Eduem, 2017.

Moradores e autores de suas histórias: a necessária perturbação da ordem.

Beatriz Elena Silva¹

Por vezes os espaços públicos foram – e são – marcados por aqueles que se encontram investidos no poder, no entanto, é preciso ampliar a visão e perceber que estes espaços devem ser heterogêneos, plurais e principalmente, devem servir ao interesse de todos. As cidades são *lócus* de diferentes estilos de vida, onde, não há um sobressalente.

A luta faz a lei apresenta como principal objetivo investigar as configurações sociais que as associações de moradores de Sarandi assumiram a partir das perspectivas dos próprios participantes. A partir deste objetivo surgiram ao menos três desdobramentos: *compreender as principais características sociais e políticas do município; compreender como se constituem os movimentos populares municipais e, por fim, investigar a ação das associações de moradores*. Tais objetivos revelaram a necessidade de observar com mais atenção a pluralidade e as diferenças dos sujeitos que participam da associação.

A metodologia que envolveu o estudo - observação participativa – ocorreu entre início de 2011 e o segundo semestre de 2012. Foram realizadas 26 entrevistas com presidentes de associações de moradores, algumas ativas, outras inativas. A partir destas entrevistas o autor sentiu a necessidade de aplicar também um questionário que ajudasse a identificar os parceiros políticos das lideranças para, posteriormente, construir sociogramas - utilizando o software UCINET - que elucidassem a perspectiva de que os atores não estão isolados, mas se relacionam com instituições e também com outros atores. A base teórica para a pesquisa partiu da noção de *matriz discursiva* elaborada por Sader, que a define como um sistema de comunicação que, ao abordar a realidade, atribui significado e uso a determinadas categorias de nomeação e interpretação. Outra referência teórica se deu a partir da noção de projeto político, entendido como o conjunto de valores que o sujeito social utiliza para orientar sua ação.

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Articular essas duas noções permitiu compreender que o projeto político contém uma matriz discursiva. Essa análise é importante para o autor, que lança luz ao *perigo* de reduzir explicações a conceitos objetivos, pois entende que isso retira a autonomia do sujeito e, conseqüente, seu papel na história. Para o autor, o sujeito humano pode criar novas experiências, inclusive em uma sociedade já estruturada.

A pesquisa se situa em Sarandi, cidade onde o autor nasceu e encontrou motivação para compreender seus problemas, como a discriminação regional, falta de infraestrutura urbana, educação, saúde e outros. Para Priori, essas situações foram condicionantes para que as associações de moradores se constituíssem. É interessante perceber que o autor demonstra que diferentes associações dão diferentes respostas aos problemas, e isso se justifica com a observação do projeto político adotado.

Dividido em cinco capítulos, a obra faz um caminhar histórico estrutural, pontuando as situações que levaram a uma maior mobilização social e também desmobilização quando da mudança do prefeito da cidade, finaliza demonstrando como os conceitos de cidadania, democracia e direito são percebidos pela população alvo.

No primeiro capítulo o autor parte de uma chave analítica formada pelo conceito de espaço público e de projeto político desenvolvido por Hannah Arendt e Evelina Dagnino, respectivamente, onde busca fugir de dicotomias Estado x Sociedade Civil. Em suma, os conceitos classificam política como uma atividade plural, não praticada somente por quem detém suposta superioridade. O autor se posiciona e chama atenção para a importância dos movimentos sociais, sobretudo na cidade de Sarandi quando esta busca uma democratização. Os problemas de Sarandi são resultado de seu processo de urbanização. O solo que foi ocupado visava lucro e não o bem estar da população, assim, as associações de moradores começam a se organizar objetivando minimizar as dificuldades do bairro e conseqüentemente da cidade. As organizações se apresentam como alternativas coletivas à cultura política autoritária, que define o critério de acesso a partir de posses e não como uma questão de cidadania.

Em seqüência o conflito público que passa a existir em Sarandi é ressaltado, quando diante dos problemas sociais, a população, por meio de uma ação coletiva, desafia a ordem estabelecida pelas classes políticas conservadoras. Essa organização se encaixa no fenômeno que surgiu no final dos anos 1970 chamados de “novos movimentos sociais”, responsáveis por inserirem as classes populares no espaço

público, tornando-o amplo e diverso. Priori é pontual ao colocar que em Sarandi esses novos sujeitos políticos desenvolveram um projeto político democrático-participativo.

No episódio conhecido como “torneiras vazias”, Priori traz à tona as dificuldades enfrentadas pelos moradores que ficaram sem água e indicaram alguns “por quês” do incidente, sendo o principal, a tentativa de privatização do sistema de águas, ou seja, a prefeitura estaria cortando o fornecimento da água esperando que a população pensasse que a privatização seria a melhor saída. Essa violação escancarada de um direito fundamental incutiu nos moradores a vontade de participar da decisão, pois muitos eram contrários à privatização. Surgiu então um terreno para a mobilização social dos moradores. O ápice da mobilização foi a ocupação da Câmara dos Vereadores no dia em que a segunda votação acerca do projeto de privatização deveria ocorrer. Cerca de 150 manifestantes ocuparam a tribuna e a sessão foi suspensa. A polícia foi acionada - e também um reforço - e com essa proteção os vereadores conseguem, enfim, aprovar o projeto de privatização, conforme relata um entrevistado: “Foi a ação ostensiva da polícia que garantiu a votação e a privatização” (PRIORI, 2017. p. 108).

Assim, é possível perceber que a população organizada de Sarandi tinha um projeto político ressignificado a partir de seus problemas sociais. Forma-se então um campo político caracterizado por iniciativas movimentistas e atores sociais que compartilham de uma mesma visão. Deste modo, o movimento social promoveu outras conquistas, como barrar a ida do lixo de Maringá para lá, bem como o *impeachment* de um prefeito acusado de corrupção. Foram conquistas importantes, no entanto, o movimento estaria prestes a entrar em um momento de silêncio.

No terceiro capítulo, após demonstrar algumas conquistas, o autor coloca que houve uma aproximação de algumas associações com um projeto político marcado pelo clientelismo, e sem a lógica conflitiva, que em verdade, configura o contrário do democrático e popular. Neste momento, o prefeito era visto como alguém que solucionava os problemas, que era trabalhador, mas não se prestava a conversas, pois buscava recursos para atender as demandas. Deste modo, para algumas associações o prefeito era um parceiro, ainda que sua gestão não permitisse a ação em espaços públicos. Neste cenário, Priori coloca que um dos motivos da desativação de algumas associações se deve ao: “desinteresse pela participação e descrença em conquistas por meio desse associativismo” (PRIORI, 2017. p. 171). O forte avanço do

conservadorismo no município impediu a continuidade de algumas associações, e as que resistiram sofreram boicotes como o episódio narrado pelo autor, onde a sede de uma associação foi demolida com todos os móveis e documentos da associação. A democracia volta duas casas.

Durante o quarto capítulo o autor ressalta que: “a tessitura do associativismo sarandiense é complexa e intrincada” (PRIORI, 2017. p. 193) de modo que existem dois polos definidos: o conservador e o democrático participativo, e existem ainda algumas associações que combinam elementos destes dois polos. Utilizando cinco sociogramas, há a demonstração de como as associações se relacionam em redes sociais. Essa análise é importante, pois investiga o campo de relações de um determinado sujeito e permitiu perceber como as diversas associações se relacionam com agentes do Estado e da Sociedade Civil, bem como em qual projeto político transitam.

Por fim, após apresentar e demonstrar através dos sociogramas que existem dois polos, e existe também uma rede social que permeia o associativismo de Sarandi, o autor busca analisar quais as implicações dessas escolhas para a cidadania e democracia.

A participação social encontra dificuldades. Priori levanta a problemática ao elucidar o alinhamento da UNISAM (União Sarandiense de Associação de Moradores de Sarandi) ao polo conservador do executivo municipal. Junto a esse alinhamento, incutiu-se a ideia de que tudo se resolve no campo privado, e as pessoas ficam desacreditadas do poder da associação.

No momento em que a pergunta era sobre cidadania, democracia e direitos, as percepções se apresentam diferentes. Boa parte dos entrevistados reconhece que lutar por direitos é essencial, pois entendem que os direitos não são garantidos a todos, e ainda, que as associações de moradores fazem o papel de um vereador - e até mais - no tocante à resolução de problemas municipais.

O livro oferece grande subsídio metodológico e teórico para pesquisas que envolvam movimentos sociais e participação social, além de impulsionar as ideias para novas pesquisas. É um livro sensível, que permite caminhar historicamente pela formação e atuação dessas associações de moradores, movimento que representam em essência o movimento social. Visando melhores condições de vida, a associação é um espaço que permite ao morador ser protagonista de sua história, reinventando e/ou criando espaços públicos novos e plurais.